

Processo Seletivo para provimento das Vagas de Estagiários de Graduação e de Pós-graduação em Direito da Defensoria Pública do Estado de Goiás

ESTAGIÁRIA/O DE PÓS-GRADUAÇÃO

CADERNO DE QUESTÕES

10/03/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Direito	11 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

No céu do meu vizinho, todas as nuvens são mais brancas.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao(a) fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

PROCESSO SELETIVO

Leia o Texto 1 para responder às questões de 01 a 03.

Texto 1**Quem foi Luiz Gama, figura-chave no movimento abolicionista brasileiro**

Edison Veiga

Foi em 1995 que a pesquisadora Lígia Fonseca Ferreira começou a estudar a vida e a obra de uma figura singular da história brasileira: o abolicionista Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), homenageado pela escola de samba Portela no Carnaval de 2024. Ela se debruçou sobre o personagem para sua tese de doutorado, concluída no ano 2000 na Universidade Sorbonne Nouvelle — Paris III. E descobriu um personagem muito mais dinâmico do que as poucas linhas que a historiografia consagrada lhe reservou.

Apenas 12 anos depois de ter aprendido a ler, Gama publicou, em 1859, seu único livro, *Primeiras Trovas Burlescas*. Foi assíduo colaborador de jornais da época, tendo escrito centenas de artigos para publicações tanto de São Paulo, onde morava, quanto do Rio, a capital federal de então.

Nascido em Salvador, Gama era filho de uma escrava liberta com um descendente de portugueses. Quando ele tinha 10 anos, seu próprio pai o vendeu como escravo. Então ele foi mandado para São Paulo. Conseguiu a alforria aos 17 anos, ainda analfabeto. Sem nunca ter tido aulas formais mas, provavelmente, frequentando a biblioteca da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, tornou-se um estudioso das letras.

“Para a grandiosidade de Luiz Gama, o negro, o libertador de escravos, o uso da palavra é uma coisa que nem era esperada. Ele se colocou nesse lugar da produção, na literatura e no jornalismo, depois na advocacia. São áreas que, sem o domínio da palavra escrita, ele não podia nem ser nem se definir”, afirma a pesquisadora.

Depois de organizar a edição crítica da obra poética integral do autor — publicada pela editora Martins Fontes, no ano 2000 — e de publicar a antologia *Com a Palavra, Luiz Gama: Poemas, Artigos, Cartas, Máximas* — pela Imprensa Oficial, em 2011 —, Ferreira está lançando *Lições de Resistência: Artigos de Luiz Gama na Imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro, 1864-1880*, pela Edições do Sesc. A obra, que traz 61 artigos escritos pelo abolicionista, é fruto de um trabalho de pesquisa e seleção de três anos.

Um dos trechos que ele usa para destacar o estilo está no texto “Emancipação”, publicado pela *Gazeta do Povo* em 1º de dezembro de 1880. “Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, (...) à semelhança da terra, (a)través da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade. Vim (lembrar ao) ofensor do cidadão José do Patrocínio por que nós, os abolicionistas, animados de uma só crença, dirigidos por uma só ideia, formamos uma só família, visando um sacrifício único, cumprimos um só dever”.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1wx9e735o>>. Acesso em: 13 fev. de 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 01

Considere o trecho: “Para a grandiosidade de Luiz Gama, o negro, o libertador de escravos, o uso da palavra é uma coisa que nem era esperada. Ele se colocou nesse lugar da produção, na literatura e no jornalismo, depois na advocacia. São áreas que, sem o domínio da palavra escrita, ele não podia nem ser nem se definir”. Essa passagem do texto sugere que

- (A) o prestígio social garantido pela escrita era comum a todos os cidadãos, e foi a forma escolhida por Luiz da Gama para assumir seu lugar na sociedade.
- (B) a gradação entre as profissões assumidas por Gama é demonstrativa de sua impressionante capacidade intelectual.
- (C) a grandiosidade de Gama só foi apresentada ao mundo a partir do momento em que ele pode ter acesso à língua escrita.
- (D) o talento de Gama para a escrita, reconhecido desde a sua tenra juventude, foi o principal fator para a sua ascensão na sociedade brasileira da época.

QUESTÃO 02

A expressão “uma figura singular da história brasileira”, no primeiro parágrafo do texto, faz menção ao Luiz Gama a partir do processo de sequenciação textual, denominado coesão por

- (A) referenciação.
- (B) substituição.
- (C) elipse.
- (D) conjunção.

QUESTÃO 03

Considere o trecho: “Depois de organizar a edição crítica da obra poética integral do autor — publicada pela editora Martins Fontes, no ano 2000 — e de publicar a antologia *Com a Palavra, Luiz Gama: Poemas, Artigos, Cartas, Máximas* — pela Imprensa Oficial, em 2011 —, Ferreira está lançando *Lições de Resistência: Artigos de Luiz Gama na Imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro, 1864-1880*, pela Edições do Sesc”. Neste trecho, a sequência de travessões

- (A) substitui as vírgulas na indicação das orações encaixadas.
- (B) indica a fala da autora sobre a sua produção a partir do discurso direto.
- (C) enumera os trabalhos de Luiz da Gama.
- (D) indica a citação do título do trabalho escrito por Lígia Fonseca Ferreira.

QUESTÃO 06

O pacto nacional do judiciário pela linguagem simples se justifica pela

- (A) ausência de uma linguagem padronizada em textos jurídicos.
- (B) necessidade de estruturação linguística de textos jurídicos.
- (C) presença da variedade padrão em textos jurídicos.
- (D) predominância do purismo linguístico em textos jurídicos.

QUESTÃO 07

No segundo parágrafo do texto, é possível reconhecer a predominância de uma sequência textual do tipo

- (A) injuntiva.
- (B) argumentativa.
- (C) expositiva.
- (D) descritiva.

QUESTÃO 08

Um texto é uma unidade de sentido maior, utilizada pelas pessoas para diversos fins, como a comunicação e a expressão. Para as pessoas que estão distantes da área jurídica e desconhecem frases e termos técnicos utilizados por juristas, os textos que circulam no campo jurídico carecem de um sentido maior devido a um desequilíbrio na presença do aspecto de textualidade denominado

- (A) situacionalidade.
- (B) aceitabilidade.
- (C) intencionalidade.
- (D) informatividade.

Leia o Texto 4 para responder às questões **09** e **10**.

Texto 4**O APOTEÓTICO****Trevas e brilho no enredo vencedor de Milton Cunha**

Thallys Braga

Na sala de estar falta espaço até para andar. Cada palmo de superfície foi ocupado por esculturas trazidas de Macau, Las Vegas e Durban, livros de teoria literária, artesanato popular, poltronas, cadeiras, uma mesa de centro, plantas (de plástico) e quadros (tortos de propósito). “Eu sou uma árvore de Natal”, diz Cunha. Um dos grandes prazeres dele é se esparramar no sofá de manhã para ler o jornal ao som de uma boa ópera. À noite, se esparrama para ver televisão. Assiste de tudo, mas conta que não viu a série Vale O Escrito – A Guerra do Jogo do Bicho, da Globoplay. Ele concedeu entrevista aos documentaristas, mas não quer se assistir falando dos bicheiros. “A Xuxa disse que estou ótimo na série, isso basta”.

Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/milton-cunha-o-apoteotico/>>. Acesso em: 14 fev. de 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 09

Leia os trechos a seguir.

Trecho 1

Cada palmo de superfície foi ocupado por esculturas trazidas de Macau, Las Vegas e Durban, livros de teoria literária, artesanato popular, poltronas, cadeiras, uma mesa de centro, plantas (de plástico) e quadros (tortos de propósito).

Trecho 2

À noite, se esparrama para ver televisão.

De acordo com a gramática normativa, as vírgulas são corretas e respectivamente empregadas nos dois trechos para

- (A) indicar circunstâncias e separar expressão contrastiva.
- (B) indicar enumeração e separar adjunto adverbial antecipado.
- (C) indicar lugar e separar expressão explicativa.
- (D) indicar enumeração e separar a expressão exemplificativa.

QUESTÃO 10

Em “plantas (de plástico) e quadros (tortos de propósito)”, as informações entre parênteses assumem a função de

- (A) opinar sobre a organização desarmoniosa da sala de estar do entrevistado.
- (B) explicar as particularidades da decoração da sala de Milton Cunha.
- (C) ridicularizar as escolhas decorativas de Milton Cunha.
- (D) exaltar a decoração da sala de Milton Cunha.

RASCUNHO

QUESTÃO 11

Leia o caso a seguir.

Determinada Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado X, em sessão colegiada, afastou, em determinado caso concreto sob julgamento, a aplicabilidade de lei estadual que concede gratuidade no transporte coletivo urbano para pessoas com deficiência, por entender que violaria o princípio da isonomia.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com o entendimento consolidado em súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, a referida Câmara Cível

- (A) poderia ter afastado a aplicabilidade da lei estadual, mas não poderia ter declarado a inconstitucionalidade da norma.
- (B) não poderia ter afastado a aplicabilidade da lei estadual, assim como não poderia ter declarado a inconstitucionalidade da norma.
- (C) poderia ter afastado a aplicabilidade da lei estadual, assim como poderia ter declarado a inconstitucionalidade da norma.
- (D) não poderia ter afastado a aplicabilidade da lei estadual, mas poderia ter declarado a inconstitucionalidade da norma.

QUESTÃO 12

Leia o caso a seguir.

T. U. recebeu notificação formal do Fisco Estadual de que fora constituído, de forma definitiva, com exaurimento das instâncias administrativas, crédito tributário referente a imposto estadual não pago pelo referido contribuinte. A decisão determinava, ainda, o pagamento imediato do tributo. Aproximadamente 115 (cento e quinze) dias após o recebimento da notificação, resolveu ingressar com pedido de reconsideração, de natureza administrativa, para a autoridade competente do Fisco Estadual. Uma semana (sete dias) depois, recebeu a notificação formal da decisão sobre o pedido de reconsideração, indeferindo o pleito e determinando o pagamento imediato do tributo. Irresignado, T. U. procura a Defensoria Pública para ingressar com remédio constitucional em seu favor, impugnando judicialmente a decisão administrativa que constituiu, de forma definitiva, o crédito tributário.

Sobre o caso narrado, o remédio constitucional para impugnar a decisão administrativa definitiva é o mandado de

- (A) injunção, mas a pretensão de T. U. é juridicamente inviável, pois o pedido de reconsideração não é idôneo a interromper o prazo decadencial para impetração do remédio constitucional cabível.
- (B) segurança, e a pretensão de T. U. é juridicamente viável, já que o pedido de reconsideração é apto a interromper o prazo decadencial para impetração do remédio constitucional cabível.
- (C) injunção, e a pretensão de T. U. é juridicamente viável, já que o pedido de reconsideração é apto a interromper o prazo decadencial para impetração do remédio constitucional cabível.
- (D) segurança, mas a pretensão de T. U. é juridicamente inviável, pois o pedido de reconsideração não é idôneo a interromper o prazo decadencial para impetração do remédio constitucional cabível.

QUESTÃO 13

A Emenda Constitucional nº 45/2004, incluiu no texto constitucional a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal aprovar súmulas com efeito vinculante. Nesse sentido, é entendimento já sumulado de forma vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, que

- (A) o estabelecimento de foro por prerrogativa de função em constituição estadual prevalece sobre a competência constitucional do Tribunal do Júri.
- (B) o defensor, no interesse do representado, tem o direito de deter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- (C) o uso de algemas em casos de resistência ou fundado receio de fuga ou perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, é excepcional; contudo, sua utilização indevida não é apta a gerar a nulidade da prisão, mas tão somente a responsabilidade civil do Estado.
- (D) o candidato a cargo público pode ser sujeito a exame psicotécnico, desde que haja previsão no edital que rege o certame.

QUESTÃO 14

O direito à educação é constitucionalmente assegurado como direito social (art. 6º da Constituição Federal de 1988). Apesar disso, muitas são as demandas que chegam à Defensoria Pública envolvendo a efetivação desse direito para crianças e adolescentes, porquanto o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é

- (A) dever do Estado, sendo que a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino demonstra a falha na prestação estatal do serviço.
- (B) dever do Estado, que deverá ser efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 3 (três) aos 18 (dezoito) anos de idade.
- (C) garantido constitucionalmente, com preferência do atendimento em escolas ditas especiais à pessoa com deficiência.
- (D) direito público subjetivo e o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público importa a responsabilidade da autoridade competente.

QUESTÃO 15

O termo “Administração Pública” é objeto de diversas classificações pela doutrina. No sentido subjetivo, a designação se refere aos entes que exercem atividade propriamente administrativa. Diante dessa premissa, a Defensoria Pública do Estado de Goiás é:

- (A) órgão da pessoa jurídica “Estado de Goiás”, com autonomia orçamentária e administrativa, dotada de capacidade jurídica e representada, em juízo, pela Procuradoria do Estado.
- (B) pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia orçamentária, financeira e administrativa, podendo ser classificada como autarquia *sui generis*.
- (C) pessoa jurídica de direito público interno, dotada de capacidade processual, autonomia e integrante da pessoa jurídica “Estado de Goiás”.
- (D) instituição autônoma dotada de capacidade processual para ingressar com ações em defesa de suas funções institucionais, embora não seja considerada pessoa jurídica de direito público.

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

A empresa Y implementou um loteamento no Município X em desconformidade com a legislação que disciplina a regularização dos lotes urbanos, causando danos de natureza ambiental. A Defensoria Pública ajuizou ação civil pública em face da empresa Y e do Município X, em litisconsórcio passivo, pleiteando a condenação pela reparação dos danos ao meio ambiente. O Juízo competente para o julgamento do feito, em sentença, julgou parcialmente procedente o pedido, condenando apenas a empresa Y à reparação de danos. No mesmo ato judicial, julgou improcedente o pedido em relação ao Município X, argumentando que, não obstante o poder-dever do ente municipal de fiscalização dos loteamentos urbanos, o ilícito ambiental teria decorrido de ato exclusivo da empresa Y, afastando, assim, a responsabilidade do ente municipal.

De acordo com a jurisprudência reiterada do Superior Tribunal de Justiça, inclusive sedimentada em entendimento sumulado, a decisão do Juízo está

- (A) correta, pois, não obstante o Município X ter sido omissos no seu poder-dever de fiscalização dos loteamentos urbanos, não houve nexo de causalidade entre a conduta do Município X e o dano observado, fato que impede a responsabilização objetiva do ente público, de modo que somente a empresa Y deve responder integralmente pela reparação de danos decorrentes de ilícito ambiental.
- (B) incorreta, pois o Município X foi omissos no seu poder-dever de fiscalização dos loteamentos urbanos, devendo também responder pela indenização de danos em caráter solidário, não obstante a execução da reparação se dê em desfavor do ente municipal apenas de forma subsidiária, caso se verifique a absoluta impossibilidade ou incapacidade de cumprimento pela empresa Y.
- (C) correta, pois, apesar de caracterizada, em tese, a responsabilidade objetiva por omissão específica do poder-dever de fiscalização dos loteamentos aplica-se ao caso a excludente do fato de terceiro, afastando-se, portanto, a responsabilidade do Município X, e obrigando a empresa Y a responder integralmente pela reparação de danos decorrentes de ilícito ambiental.
- (D) incorreta, pois o Município X foi omissos no seu dever de fiscalização dos loteamentos municipais, devendo também responder pela indenização de danos, mas apenas em caráter subsidiário, de modo que a empresa Y deve se valer, obrigatoriamente, de ação de regresso para pleitear eventual indenização em face do ente municipal.

QUESTÃO 17

Leia o caso a seguir.

Determinado sujeito invadiu um hospital público estadual e ceifou a vida de determinado paciente que estava internado na instituição hospitalar, utilizando-se de quatro disparos de arma de fogo. Irresignada com o súbito falecimento do filho, a mãe da vítima ajuizou ação de indenização contra o Estado, pedindo indenização por danos morais e materiais em decorrência do homicídio de seu filho ocorrido no interior do hospital público, argumentando que cabia ao Estado zelar pelos pacientes internados, e que a morte só ocorreu em razão da inexistência de vigilância e de cuidados mínimos de segurança por parte da instituição hospitalar. O magistrado competente para o julgamento do feito julgou procedente o pedido, declarando que o Estado, ao deixar de fornecer o mínimo serviço de segurança, contribuiu de forma determinante e específica para o homicídio praticado em suas dependências, de modo que deve responder objetivamente pela conduta omissiva.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a decisão do Juízo está

- (A) correta, pois a inação do Estado em relação à segurança do hospital enseja a aplicação da teoria da falta do serviço, mediante responsabilização objetiva do ente público.
- (B) incorreta, pois inexiste o nexo causal, afastado, no caso concreto, pela excludente do caso fortuito ou força maior, decorrente da imprevisibilidade do evento.
- (C) correta, pois a inação do Estado em relação à segurança do hospital revelou-se específica e contribuiu decisivamente para a morte da vítima, não havendo que se falar em excludente de nexo de causalidade de fato exclusivo de terceiro.
- (D) incorreta, pois nesse caso a responsabilidade do Estado é de natureza subjetiva, afastando o exame do nexo causal, aplicando-se a teoria da falta do serviço.

RASCUNHO**QUESTÃO 18**

A Defensoria Pública, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, ganhou Seção própria na Constituição Federal a partir da Emenda Constitucional nº 80/2014, a qual inseriu diversas previsões acerca da organização das Defensorias Públicas brasileiras. Sobre o tratamento constitucional conferido à instituição, tem-se:

- (A) à Defensoria Pública incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, no âmbito judicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos economicamente necessitados.
- (B) o ingresso na carreira de Defensor Público se dará através de concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e permitido o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, exceto em demandas contra o Estado.
- (C) são princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (D) às Defensorias Públicas Estaduais, são asseguradas autonomia funcional e administrativa, sendo seu orçamento subordinado ao Poder Legislativo.

QUESTÃO 19

De acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 80/1994, são funções institucionais da Defensoria Pública:

- (A) promover, prioritariamente, a solução judicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos.
- (B) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor apenas de pessoas naturais, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses.
- (C) participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos.
- (D) promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo, na maior medida, seus direitos individuais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

QUESTÃO 20

No desempenho de suas atribuições, os Defensores e Defensoras gozam de algumas prerrogativas, a fim de viabilizar o exercício de seu papel constitucional de efetivar direitos fundamentais de todos os cidadãos, em particular dos necessitados econômicos e organizacionais. Dentro do tema, a Lei Complementar nº 80/1994 prevê, como prerrogativa,

- (A) receber intimação dos processos em que atua através do Diário Oficial, contando-se-lhes os prazos a partir da publicação deste.
- (B) comunicar-se pessoal e reservadamente, com seus assistidos presos ou detidos, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, desde que realizado prévio agendamento.
- (C) requisitar de autoridade pública ou de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições.
- (D) representar as partes em processos através de procuração, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

QUESTÃO 21

Leia o caso a seguir.

A. N. e C. S., ambas mulheres, viveram em reconhecida união estável, sendo que, quando do início da avença, A. N. possuía uma moto e C. S. não possuía bens. Na constância da união, o casal teve cinco filhos e o patrimônio aumentou, pois A. N. herdou a chácara de seu pai e, também, comprou um automóvel. Em um acidente na BR-153, A. N. veio a falecer e C. S. procurou a Defensoria Pública a fim de se informar sobre os seus direitos sucessórios.

Diante do caso narrado, quais são os direitos sucessórios de C. S.?

- (A) C. S. não teria direitos patrimoniais sobre os bens de A. N, pois o regime legal aplicável para os casos de ausência de contrato escrito é o da separação total de bens.
- (B) C. S. possui direito de meação em relação à chácara, pois tal bem incorporou o patrimônio comum já na constância da união, havendo comunicação entre os companheiros.
- (C) A herança será repartida por cabeça entre C. S. e cada um dos cinco filhos, caso haja descendentes comuns.
- (D) Diante da ausência de contrato escrito e do regime legal aplicável, C.S. não é herdeira do automóvel.

QUESTÃO 22

Leia o caso a seguir.

F. E., residente em Anápolis, decidiu comprar um pequeno terreno para futuramente construir sua casa. Conversando com seus pais, estes lhe ofereceram um lote, avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). No dia seguinte, o pai de F. E., munido de alguns papéis, a visitou no trabalho solicitando-lhe que os assinasse para celebração do contrato de Compra e Venda.

Acerca da compra e venda, no código civil, pode-se dizer que:

- (A) anulável o contrato de compra e venda quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (B) é ilícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.
- (C) é anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (D) é ilícita a compra e venda entre cônjuges, com relação aos bens excluídos da comunhão.

QUESTÃO 23

O Código Civil estabeleceu hipóteses de responsabilidade civil indireta ou responsabilidade civil por atos de terceiros. Dispõe o art. 932, inciso I do Código Civil, que os pais são civilmente responsáveis pelos danos causados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia. Nesse sentido, a responsabilidade dos pais é

- (A) objetiva, mas pode ser excluída com o afastamento do nexo causal.
- (B) objetiva, sendo desnecessária a prova da culpa dos filhos.
- (C) subjetiva e se mantém ainda que afastado o nexo causal.
- (D) subjetiva apenas quando provada a culpa dos filhos.

QUESTÃO 24

Leia o caso a seguir.

A. Q. e L. V. firmaram um contrato particular de compra e venda de um imóvel, com valor de R\$ 25 mil. Convencionaram que o pagamento ocorreria em 50 parcelas sucessivas e que, para o caso de mora, haveria o vencimento antecipado do débito. R. M., o corretor, incluiu no contrato uma cláusula especial sobre o termo inicial da prescrição, estabelecendo que o vencimento antecipado deflagraria o prazo prescricional.

Sobre a prescrição, tem-se que a cláusula especial é

- (A) válida, porque expressa a autonomia privada das partes.
- (B) válida, porque corresponde às práticas do mercado imobiliário.
- (C) inválida, porque a lei proíbe que as partes alterem os prazos de prescrição por convenção.
- (D) inválida, porque toda convenção que verse sobre imóveis deve se materializar em escritura pública.

QUESTÃO 25

Leia o caso a seguir.

A. S., pessoa idosa, pobre e com pouquíssima instrução, descobriu a existência de um problema cardíaco grave, que poderá levá-lo à morte em pouco tempo caso não receba o tratamento adequado. A cirurgia de que necessita custa R\$ 80 mil reais. R. O., um vizinho, sabendo da situação, propôs comprar o único imóvel de A. S., onde residia, pelo preço da cirurgia, embora o valor venal do imóvel fosse de R\$200 mil. Aceita a proposta, A. S. realizou a cirurgia e se recuperou, mas viu-se sem lugar para morar. Sentindo-se lesado com o negócio, A. S. pretende invalidar o negócio.

Diante do caso em apreço, qual é o fundamento adequado para a invalidação do negócio?

- (A) Estado de perigo.
- (B) Dolo principal.
- (C) Erro.
- (D) Coação.

QUESTÃO 26

Leia o texto a seguir.

A participação de peritos, no decorrer de um processo judicial, permite que o julgador possa tomar como base, para seu julgamento, o olhar especializado de profissionais de outras áreas do conhecimento.

ROSA, C. P.; BARROS, A. J. S.; BRAZIL, G. B. M. *Perícias psicológicas e psiquiátricas nos processos de família*. 2. ed. São Paulo: Juspodivm, 2023.

Acerca das provas no processo civil:

- (A) As perícias nos processos de curatela são conduzidas pelo Ministério Público, sendo sua realização obrigatória em todos os casos para garantir a imparcialidade e a transparência no processo.
- (B) Nos processos de guarda, a perícia psicossocial é uma medida exclusiva para avaliar a capacidade financeira dos pais e garantir que o detentor da guarda tenha recursos adequados para cuidar da criança, podendo ser realizada por equipe composta por expertos com formação multidisciplinar.
- (C) As perícias nos processos de convivência são realizadas apenas em casos de disputa entre os pais biológicos.
- (D) O juiz não está adstrito às conclusões do laudo pericial, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou não as conclusões do documento elaborado, levando em conta o método utilizado pelo perito e podendo, inclusive, caso seja o seu convencimento, pronunciar-se de forma contrária em confronto com as demais provas dos autos.

QUESTÃO 27

Compreende-se que a contestação constitui ato processual fundamental com natureza de defesa. Nesse sentido, a contestação tem por atributo ser uma peça processual

- (A) apresentada pelo autor da ação judicial em resposta aos argumentos apresentados pelo réu.
- (B) para a formulação de pedido de rescisão ou revisão contratual, inapropriada, procedimentalmente.
- (C) oferecida no prazo de 10 (dez) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou de mediação.
- (D) em que o ônus da impugnação especificada dos fatos aplica-se ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.

QUESTÃO 28

Leia o caso a seguir.

J. J., credor de obrigação representada em título executivo extrajudicial, decidiu se valer da ação de cobrança para obter seu crédito. Na contestação, em preliminar, o devedor alegou que carecia a J. J. o interesse processual, pois teria escolhido a via inadequada para obter o bem da vida pretendido. A sentença, ao final, acolheu a preliminar e extinguiu o processo sem resolução do mérito.

Considerando a situação exposta, a sentença está

- (A) correta, pois J. J. deveria ter escolhido a via do processo de execução.
- (B) incorreta, pois a existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.
- (C) correta, pois a única via adequada para J. J. seria a ação monitória.
- (D) incorreta, pois a existência de título executivo extrajudicial obriga ao credor a propositura de ação de execução, a fim de obter título executivo judicial.

QUESTÃO 29

De acordo com o disposto no art. 789 do Código de Processo Civil, "o devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei". A instrumentalização desse dispositivo se opera pelo instituto da penhora, que serve ao princípio do desfecho único. Nesse sentido e ciente de que a responsabilidade patrimonial não se desenvolve sem freios legais,

- (A) são impenhoráveis o salário e os valores depositados em caderneta de poupança, uma vez que estão atrelados à garantia de dignidade do executado.
- (B) é penhorável o imóvel residencial da entidade familiar em débitos decorrentes de apostas em jogos de loterias e casas de apostas.
- (C) são penhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações e os proventos de aposentadoria, quando destinados ao pagamento de pensão alimentícia.
- (D) é impenhorável a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que produza alimentos destinados à exportação.

QUESTÃO 30

Sobre sentença e coisa julgada no processo civil, é facultado ao juiz

- (A) fundamentar a sentença limitando-se à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.
- (B) alterar a sentença após sua publicação, decidindo, novamente, as questões já decididas relativas à mesma lide.
- (C) tomar em consideração fato constitutivo, modificativo ou extintivo ocorrido depois da propositura da ação, quando capaz de influir no julgamento.
- (D) proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

QUESTÃO 31

No que diz respeito ao Bem de Família e à luz da jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) a oferta voluntária de seu único imóvel residencial em garantia a um contrato de mútuo, favorecedor de pessoa jurídica em alienação fiduciária, não conta com a proteção irrestrita do bem de família.
- (B) o fato de o bem imóvel ter sido adquirido no curso da demanda executiva afasta a impenhorabilidade do bem de família.
- (C) é possível a penhora do bem de família do devedor solidário do contrato de locação; isso porque devedor solidário é o mesmo que fiador, admitindo-se interpretação extensiva.
- (D) o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, sem exceções, tendo em vista o direito constitucional à moradia.

QUESTÃO 32

A Lei nº 8.069/1990 dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e da jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) o menor sob guarda judicial do titular de plano de saúde não deve ser equiparado a filho natural, impondo-se à operadora a obrigação de inscrevê-lo como agregado do guardião.
- (B) a circunstância de ainda não ter sido proferida sentença nos autos da ação de destituição do poder familiar não veda que seja iniciada a colocação da criança em família substituta.
- (C) o pai foi obrigado, por sentença judicial, a pagar as despesas da filha; como não pagou, a mãe da criança teve que quitar a dívida; admite-se que essa dívida seja cobrada no cumprimento de sentença.
- (D) não é possível a modificação do lar de referência de criança sob guarda compartilhada para o exterior, distinto daquele em que reside um dos genitores.

QUESTÃO 33

O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC) estabelece normas que visam à proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social. À luz do CDC e da jurisprudência dos tribunais superiores quanto à disciplina dos planos de saúde,

- (A) é obrigatório o custeio, por parte dos planos de saúde, de tratamento médico de fertilização in vitro, tendo em vista que o referido procedimento é regulamentado no âmbito da ANVISA.
- (B) é lícita a conduta da operadora de plano de saúde que nega a inscrição de recém-nascido no plano de saúde de titularidade de avô, sendo a genitora dependente/beneficiária desse plano.
- (C) é válida cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que limite o tempo de internação do segurado.
- (D) é obrigatório o custeio, por parte dos planos de saúde, para cobrir Terapia ABA para tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

QUESTÃO 34

Entende-se por convenção de arbitragem um gênero de negócio jurídico do qual a cláusula compromissória constitui-se como espécie. Nesse sentido, a cláusula compromissória

- (A) faz com que seja necessário que a parte interessada deve recorrer ao Poder Judiciário se houver resistência quanto à instituição da arbitragem.
- (B) é absolutamente incompatível com os contratos de adesão.
- (C) é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.
- (D) pode ser estipulada verbalmente ou por escrito.

QUESTÃO 35

Leia o caso a seguir.

S. T. comprou um celular na loja oficial do fabricante e, no ato, recebeu um certificado de garantia contratual que cobria o aparelho por 12 meses. Passados 14 meses desde a compra, mantido o uso regular, a câmera frontal do celular deixou de funcionar. Acionado o fabricante para o exercício da garantia, o pleito foi negado sob a alegação de que o prazo havia expirado.

Diante do exposto, como o caso pode ser avaliado à luz do direito consumerista?

- (A) S. T. mantém o direito de reclamar pelos vícios no celular, pois a garantia contratual é complementar à legal.
- (B) A conduta do fabricante está correta, pois este não pode ser obrigado a exercer a garantia fora do prazo de reclamação do vício.
- (C) O termo de garantia contratual e a garantia legal são excludentes, razão pela qual S. T. não tem direito de reclamar dos vícios do celular.
- (D) S. T. mantém o direito de reclamar pelos vícios no celular, mas o fabricante tem 90 dias para corrigir o vício.

QUESTÃO 36

Leia o caso a seguir.

• Em 01/01/2023, L. U. publicou, em sua rede social, imagens e vídeos trocando os rostos, corpos e vozes de pessoas reais, utilizando-se da técnica conhecida como deep fake, por pura diversão.

• Em 02/01/2023, entrou em vigor lei penal com o seguinte conteúdo: "Publicar, em rede social, imagem ou vídeo com alteração de rosto, corpo ou voz de pessoa, ou tirando a cena real de contexto, com o fim de prejudicar alguém ou obter ganho financeiro. Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, se a conduta não constitui crime mais grave".

No que se aplica a legislação em vigor, L. U.

- (A) em razão do princípio da anterioridade da lei penal, não deve ser responsabilizado criminalmente pelo novel delito, mas responderia pelo crime se sua conduta tivesse sido praticada após a vigência da referida norma.
- (B) terá praticado crime contra a honra caso, com sua conduta, tenha difamado alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação, devendo ser responsabilizado.
- (C) deve ser responsabilizado criminalmente pelo novel delito porque sua conduta reuniu todos os elementos da definição legal do novel tipo penal.
- (D) em razão do princípio da unicidade, não deve ser responsabilizado criminalmente pelo novel delito porque, embora presente a tipicidade formal, está ausente a tipicidade material em sua conduta.

QUESTÃO 37

Leia o caso a seguir.

Após reunião na empresa, M. M., apressada para ir embora, pegou sobre a mesa a caneta Mont Blanc do seu chefe, com detalhes em ouro e avaliada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e colocou em sua bolsa, pensando que era a sua.

Frente à situação apresentada, como a conduta de M. M. pode ser avaliada?

- (A) M. M. deve ter sua pena atenuada de 1/3 à metade caso devolva a caneta em perfeitas condições, pois incorreu em erro sobre a ilicitude do fato.
- (B) M. M. incorreu em erro de execução, o que torna aplicável o princípio da insignificância, independentemente do valor do bem em questão.
- (C) M. M. incorreu em erro de tipo, mas será responsabilizada por furto qualificado por abuso de confiança caso não devolva a caneta.
- (D) M. M. cometeu um erro sobre a propriedade do bem que exclui o dolo, o que afasta o delito de furto, uma vez que não há previsão legal de modalidade culposa.

QUESTÃO 38

Leia o caso a seguir.

A. I., acreditando erroneamente que S. L. está na iminência de sacar uma arma para matá-lo, arranca seu revólver da cintura e o alveja, vindo este a morrer em decorrência do ferimento.

No que se extrai da situação exposta e dos crimes contra a pessoa, A. I.

- (A) agiu em legítima defesa, o que exclui a ilicitude do delito.
- (B) agiu acobertado pela legítima defesa putativa, o que afasta a antijuridicidade da conduta.
- (C) teve conduta que conduz à exclusão da culpabilidade por estado de necessidade.
- (D) responderá por homicídio culposo, caso seu erro derive de culpa.

QUESTÃO 39

Considere as situações hipotéticas a seguir.

• N. R., apaixonado por futebol, se envolve em briga na qual desferiu um soco no rosto de torcedor rival desconhecido, que inesperadamente bate a cabeça no meio-fio e vai a óbito.

• O. V., policial militar, atinge a perna de motociclista em fuga com um tiro, ao tentar acertar o pneu para pará-lo, deixando-lhe impedido de exercer suas funções profissionais por 90 dias.

• S. N., após suposta traição de sua companheira T. R., que está grávida de 5 meses, a agride com socos e chutes com a intenção de feri-la, causando-lhe pequenos hematomas na face e nas pernas.

Considerando as situações expostas e o Código Penal,

- (A) a conduta de N. R. possui dolo na ação de ferir e culpa no resultado morte, razão pela qual deverá ser responsabilizado por homicídio preterdoloso.
- (B) O. V. praticou o delito de lesão corporal culposa grave, com pena de reclusão de 2 a 8 anos.
- (C) se a agressão de S. N. não se deu por razões da condição do sexo feminino, ele responderá por lesão corporal leve, prevista no caput do artigo 129 do Código Penal.
- (D) se T. R. vier a abortar em razão das agressões, S. N. responderá por lesão corporal em concurso material com aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante.

QUESTÃO 40

Considere as seguintes situações hipotéticas.

- P., estagiário de direito na Defensoria Pública no setor de licitações, utiliza-se de sua influência interna, o quanto possível, para assegurar que seja contratada pelo órgão público a empresa do seu pai.
- A., terceirizado na Defensoria Pública, trabalha no atendimento e cobra R\$ 20,00 (vinte reais) dos assistidos que queiram ter seu processo passado à frente dos demais, sem autorização ou conhecimento do órgão.
- P. U., voluntário na Defensoria Pública na área jurídica, utiliza-se da senha de acesso fornecida por seu chefe para obter informações pessoais de pessoas famosas para postar em seu blog, havendo praticado a mesma conduta 17 (dezessete) vezes.

Das situações expostas, à luz do Código Penal e da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) os três indivíduos podem ser considerados funcionários públicos para fins penais, havendo o primeiro praticado tráfico de influência, o segundo, peculato e o terceiro, violação de sigilo funcional.
- (B) caso A. tenha praticado a ação apenas uma vez, admite-se, segundo a jurisprudência dos Superior Tribunal de Justiça, a aplicação do princípio da insignificância, em face da inexpressividade da lesão provocada.
- (C) ainda que o pai de P. se envolva nas tentativas de influência indevida, ele não poderá ser punido pelo mesmo delito que o filho, pois a circunstância pessoal de funcionário público, de caráter pessoal, não lhe é comunicada para fins penais.
- (D) havendo o referido Código adotado a teoria mista ou objetivo-subjetiva do crime continuado, é possível sua aplicação à conduta de P. U., desde que presentes os requisitos objetivos (tempo, lugar etc.) e subjetivos (unidade de desígnios do agente ou vínculo subjetivo entre as condutas).

QUESTÃO 41

Sobre os sistemas processuais penais e de acordo com a doutrina nacional,

- (A) o sistema inquisitório é marcado pela plena separação entre as funções de acusar e julgar, e pela iniciativa probatória das partes.
- (B) o sistema acusatório cria condições para a efetivação da imparcialidade do julgador, uma vez que o juiz se mantém passivo no que se refere à coleta da prova.
- (C) o sistema inquisitório tem como características principais a igualdade de armas e oportunidades, além da efetivação do contraditório.
- (D) o sistema acusatório caracteriza-se pelo sigilo do procedimento e pela prevalência da forma escrita.

QUESTÃO 42

De acordo com a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça, sobre os assuntos “busca domiciliar” e “busca pessoal”,

- (A) o fato de o agente aparentar nervosismo, por si só, autoriza a realização de busca pessoal pelos agentes do Estado, que devem elaborar relatório circunstanciado do ocorrido.
- (B) o agente que foge ao ver a Polícia faz surgir a chamada ‘fundada suspeita’, que autoriza a entrada em domicílio, independentemente de autorização judicial ou consentimento do morador.
- (C) a prova da legalidade e da voluntariedade do consentimento para o ingresso na residência do suspeito cabe, em caso de dúvida, ao Estado, e deve ser feita com declaração assinada pela pessoa que autorizou o ingresso domiciliar, indicando-se, sempre que possível, testemunhas do ato, em operação registrada em áudio-vídeo.
- (D) o fato de cão farejador ter sinalizado que haveria drogas na residência é suficiente para se autorizar o ingresso na casa do suspeito, independentemente de autorização judicial ou consentimento do morador.

QUESTÃO 43

No que se refere ao procedimento bifásico do Tribunal do Júri, quanto ao ‘standard probatório’ necessário para a decisão de pronúncia, de acordo com a doutrina pátria, para que o juiz pronuncie o réu,

- (A) ainda que ausentes indícios de autoria delitiva, em razão da aplicação plena do princípio ‘*in dubio pro societate*’ no ordenamento jurídico brasileiro, é possível que o juiz profira decisão pronunciando o acusado.
- (B) de acordo com entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, admite-se que a decisão de pronúncia esteja embasada, exclusivamente, em testemunhos indiretos (‘por ouvir dizer’).
- (C) a jurisprudência dos Tribunais Superiores vem exigindo prova cabal e incontestável acerca da autoria e da materialidade delitivas, que devem estar exaustivamente indicadas na referida decisão, o que não implica excesso de linguagem coibido pelos Tribunais.
- (D) é necessário que existam elementos de convicção que permitam concluir, com bom grau de probabilidade, que foi o acusado o autor do delito, sendo que não se exige certeza da autoria.

QUESTÃO 44

O art. 226 do Código de Processo Penal estabelece formalidades para o reconhecimento pessoal no contexto probatório do processo penal. De acordo com o entendimento da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manifestado na paradigmática decisão proferida no HC nº 598.886,

- (A) o reconhecimento do suspeito por simples exibição de fotografia pode servir como prova em ação penal caso venha a ser confirmado em Juízo.
- (B) o reconhecimento de pessoas não deve, necessariamente, observar o estrito procedimento previsto no art. 226 do Código de Processo Penal, o qual deve ser interpretado pelos agentes do Estado como mera recomendação legal.
- (C) o desrespeito ao procedimento descrito na referida norma processual, apesar de tornar inválido o reconhecimento da pessoa suspeita, poderá servir de lastro a eventual condenação caso confirmado o reconhecimento em juízo.
- (D) o reconhecimento do suspeito por exibição de fotografia, além de dever seguir o mesmo procedimento do reconhecimento de pessoas, deve ser visto apenas como etapa antecedente a eventual reconhecimento pessoal.

QUESTÃO 45

Em decorrência do princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII, da Constituição Federal de 1988) no cenário jurídico nacional,

- (A) é proibida a chamada 'execução provisória da pena' e o artigo 283 do Código de Processo Penal, que exige o trânsito em julgado da condenação para que se inicie o cumprimento da pena, é constitucional de acordo com entendimento do Plenário do Supremo Tribunal Federal.
- (B) o simples fato de o acusado ter antecedente por tráfico de drogas autoriza a realização de busca domiciliar.
- (C) é possível a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base quando da dosimetria da pena, em razão da análise da personalidade e da conduta social do acusado.
- (D) a condução coercitiva do acusado para o interrogatório é constitucional e legal e não viola o princípio da não culpabilidade.

QUESTÃO 46

A Lei nº 11.340/ 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, prevê, expressamente em seu texto, qual dos crimes a seguir?

- (A) Lesão corporal.
- (B) Importunação sexual.
- (C) Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência.
- (D) Lesão corporal seguida de morte.

QUESTÃO 47

Sobre a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006 e suas alterações), especialmente no que diz respeito ao porte de droga para consumo próprio (art. 28),

- (A) para sua caracterização, não se levará em conta a quantidade da substância apreendida.
- (B) não prevê como punição pena privativa de liberdade.
- (C) a condenação por porte de drogas para consumo próprio será considerada para fins de reincidência.
- (D) não se aplicará se, para seu consumo pessoal, o agente semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

QUESTÃO 48

Nos termos da Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), é considerado crime hediondo

- (A) o roubo simples (art. 157 do Código Penal).
- (B) o homicídio (art. 121 do Código Penal), independentemente de como for praticado.
- (C) a lesão corporal (art. 129 do Código Penal), quando praticada no contexto de violência doméstica.
- (D) o estupro (art. 213 do Código Penal).

QUESTÃO 49

Acerca dos regimes de cumprimento de pena,

- (A) em casos de crimes hediondos, o regime inicial a ser fixado deverá ser sempre o fechado.
- (B) o condenado que cumpre a pena em regime fechado, semiaberto ou aberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
- (C) o tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.
- (D) a progressão de regime independe de boa conduta carcerária.

QUESTÃO 50

Sobre a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

- (A) tais crimes só se processam condicionados à representação da vítima.
- (B) não constitui crime a conduta da autoridade que prossegue com o interrogatório de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio.
- (C) a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- (D) em caso de condenação por crime de abuso de autoridade, não será possível a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

RASCUNHO**RASCUNHO**

PROVA DISCURSIVA

Considere os textos a seguir.

Texto 1

A responsabilidade do Poder Público é sistêmica, revelado amplo espectro de deficiência nas ações estatais. Tem-se a denominada “falha estatal estrutural”. As leis existentes, porque não observadas, deixam de conduzir à proteção aos direitos fundamentais dos presos. Executivo e Legislativo, titulares do condomínio legislativo sobre as matérias relacionadas, não se comunicam. As políticas públicas em vigor mostram-se incapazes de reverter o quadro de inconstitucionalidades. O Judiciário, ao implementar número excessivo de prisões provisórias, coloca em prática a “cultura do encarceramento”, que, repita-se, agravou a superlotação carcerária e não diminuiu a insegurança social nas cidades e zonas rurais.

AURÉLIO, Ministro Marco. *Excerto do Voto do Relator*. Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347, julgado pelo Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal em 09 set. 2015.

Texto 2

O Conselho Nacional de Justiça, após análise dos dados referentes ao sistema prisional goiano e a partir das inspeções *in loco*, aponta que a maioria dos estabelecimentos prisionais inspecionados funciona em situação de superlotação. E mesmo entre as unidades que operam abaixo de sua capacidade, foi possível verificar celas superlotadas em detrimento de celas vazias, caso do Especial Núcleo de Custódia, que abriga 3 pessoas em celas projetadas para 1, mesmo com uma taxa de ocupação de 15%. Ainda, importante ressaltar a prática de corriqueiras transferências de presos entre estabelecimentos prisionais, sem qualquer formalidade e mesmo dispensando a informação ou autorização do Poder Judiciário local. Muitas dessas movimentações, inclusive, foram constatadas no mês que antecedeu e verificaram-se durante a própria missão.

Sobre as transferências, nota-se que são realizadas sem transparência quanto a seus motivos e respectiva necessidade e com a total inobservância das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 404. Estão fundamentadas, exclusivamente, em critérios de interesse e conveniência da administração prisional e o mais grave, com base na Portaria DGAP nº 492, a simples transferência a determinados estabelecimentos prisionais (Presídios Estaduais, Especial Núcleo de Custódia ou Presídios Federais) é motivo suficiente para atribuir a classificação de “mau comportamento” à pessoa transferida, sem que haja a atribuição dos motivos e explicação condizentes para justificar essa situação. A portaria foi questionada judicialmente pelo Ministério Público e sobre a situação ainda não há decisão judicial.

Fato é que essa prática administrativa conduz, invariavelmente, à legitimação de toda e qualquer punição, pela unidade prisional e em detrimento da pessoa privada de liberdade, uma vez que se abdica do formal procedimento para a apuração de falta grave, situação que repercute sobre a data-base da pena de todo o sentenciado e o próprio reconhecimento de direitos na execução penal.

Durante as inspeções, apurou-se que os processos administrativos disciplinares são verbais, e não estão sujeitos a qualquer formalização, registro e conseqüentemente práticas de contraditório e regular processamento. E como apontado acima, o que é o mais preocupante, essa é uma situação que se projeta como óbice para a progressão e o alcance de posições processuais mais favoráveis, ao longo da fiscalização do cumprimento das penas.

O Conselho aponta, com preocupação, a partir de inspeções em varas de execução penal e de reuniões institucionais com atores do sistema de justiça, que os presos cumprem, com muita frequência, quase que a totalidade de suas penas em regime integralmente fechado, situação que ignora e desconsidera o sistema trifásico estabelecido no ordenamento jurídico, em decorrência de diversos fatores que incluem: (a) a demora no trâmite dos pedidos, (b) a ausência de defesa, (c) a exigência rotineira de exames criminológicos que, em sua grande maioria, contra-indicam a progressão, (d) a existência de procedimentos administrativos ou constatações de “mau comportamento prisional” que se protraem no tempo, sem prazo para reabilitações, não apurados nem formalmente constatados, entre outras coisas.

Excerto do Relatório Preliminar da Correição Extraordinária às Unidades Judiciais e Presídios de Goiás realizada pelo Conselho Nacional de Justiça por determinação da Portaria Conjunta CN/DMF nº 01, em 25 abr. 2023.

Texto 3

Art. 98. O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.

§ 1º No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

Excerto do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc80.htm>. Acesso em: 27 fev. 2024.

Questão 01

Tendo em vista o tema “**Sistema prisional goiano em estado de coisas inconstitucional**”, discorde sobre o sistema prisional brasileiro, abordando o que restou declarado e deferido pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347, referida no Texto 1. Relacione a situação nacional à situação do Estado de Goiás e identifique os diversos princípios constitucionais e direitos fundamentais violados pelas práticas referidas no Texto 2. Por fim, com base no Texto 3, indique como a Defensoria Pública do Estado de Goiás pode mitigar a situação vivenciada no sistema prisional goiano, relacionando as unidades prisionais e a exclusão social.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30